

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA SAÚDE

CURSO DE PSICOLOGIA

NATÁLIA TAVARES SECCO

ATRAVESSAMENTOS DA ADOÇÃO NO BRASIL:

Uma reflexão Psicanalítica acerca da elaboração da adoção na cena familiar

SÃO PAULO

2019

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA SAÚDE

CURSO DE PSICOLOGIA

NATÁLIA TAVARES SECCO

ATRAVESSAMENTOS DA ADOÇÃO NO BRASIL:

Uma reflexão Psicanalítica acerca da elaboração da adoção na cena familiar

Trabalho de conclusão de curso como exigência parcial para
graduação no curso de Psicologia, sob orientação do Prof.
Ricardo Radin Bueno.

SÃO PAULO

2019

AGRADECIMENTOS

Este trabalho definitivamente não teria sido desenvolvido sem a ajuda e disposição do meu orientador, Ricardo Radin Bueno, que sempre esteve acessível para mostrar que meu Trabalho de Conclusão de Curso tinha potencial e que eu conseguiria começar a escrever sobre um tema de interesse pautado na teoria da Psicanálise sem tanto receio. Agradeço imensamente a ele pelos espaços de escuta proporcionados durante nossos encontros e de me mostrar caminhos possíveis não só dentro da escrita em si como para muito além dela. Foi bastante importante o compartilhar de todo esse tempo, permitindo a troca de experiências, de conhecimento, e de algumas angústias também. Obrigada pela disponibilidade e abertura para uma orientação tão proveitosa que me fez esperançosa para apostar neste trabalho, bem como no meu caminho dentro da Psicologia!

Gostaria de agradecer também ao meu suporte e minha base essencial, minha família, mas principalmente a meus pais, que me apoiaram ao longo de toda a vida e que, por meio de seus esforços, possibilitaram que eu estivesse me graduando no curso e na faculdade que escolhi. Obrigada por terem colocado diversas vezes minhas prioridades acima das suas, oferecendo uma base segura para que eu pudesse confiar no caminho de possibilidades que estou agora iniciando.

Por fim, agradeço toda uma rede de apoio de pessoas que ainda ocupam diversos âmbitos da minha trajetória desde antes da faculdade até o fim dela, pelo compartilhar de afetos, escutas verdadeiras e acolhimento. Fernanda, Luciana, Juliana, Raquel, Ana Carolina, Maria, Naima, Lucas, Alexandre, Lígia, Renata, Dora, Karina, Vivian, Sofia, Marina e grupo Bolhas. Obrigada por me ajudarem através da companhia e presença a encontrar a força e autenticidade que existe dentro de mim e a tornarem o caminho até aqui muito mais leve e aconchegante.

7.00.00.00-0 - Ciências Humanas

7.07.00.00-1 - Psicologia

Autora: Natália Tavares Secco

ATRAVESSAMENTOS DA ADOÇÃO NO BRASIL: Uma reflexão Psicanalítica acerca da elaboração da adoção na cena familiar

Orientador: Prof. Ricardo Radin Bueno

RESUMO

O presente trabalho discutiu acerca da temática da adoção no que se refere a alguns destaques considerados importantes para o desenvolvimento de uma efetiva dinâmica familiar no contexto brasileiro: o contato com as histórias de vida da criança adotiva e dos pais que desejam adotar e suas respectivas elaborações. A partir de uma revisão bibliográfica da Psicanálise, foram analisadas as influências das experiências primárias da criança adotada para a construção de uma relação de confiança entre pais e filhos adotivos. Em seguida, refletiu-se a respeito das motivações e fantasias inconscientes inerentes ao processo do ponto de vista dos pais adotivos, bem como as suas questões narcísicas, na medida em que verificou-se que essas influenciam inclusive o estabelecimento da aceitação em ser adotado por parte da criança. Por fim, foi analisada a necessidade de elaboração, por parte da família como um todo, e não só da criança, da história da família, que deve incluir também a da criança adotada antes de passar a fazer parte da nova dinâmica familiar. A partir da importância da narratividade para a Psicanálise, explorou-se a noção de que narrar a história da criança traz benefícios para o estabelecimento de uma relação mais afetiva e de confiança entre pais e filhos, além de possibilitar uma solução simbólica para seus conflitos inconscientes, tendo como exemplo deste processo o trabalho de Histórias Cruzadas, realizado pelo Instituto Fazendo História com famílias adotivas brasileiras.

Palavras-chave: Adoção; psicanálise; família; motivações inconscientes; narratividade.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	6
2 MÉTODO	14
3 DESENVOLVIMENTO	16
3.1. Quem é a criança adotada? Uma análise psicanalítica da criança antes e depois da adoção	16
3.2. Quem são os pais adotivos? O desejo de adotar e a jornada emocional da busca pela adoção	26
3.2.1 <i>Atravessamentos da adoção no Brasil</i>	34
3.3 A experiência da narratividade na cena da família adotiva	38
3.3.1 <i>Histórias Cruzadas: Uma experiência de elaboração da adoção a partir da narratividade</i>	41
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
5 REFERÊNCIAS	48

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho analisa e discute o contexto da adoção infantil na sociedade brasileira contemporânea, destacando os principais aspectos envolvidos no processo no que tange à problemática específica aqui tratada, a saber, a dinâmica familiar do círculo primário e secundário da criança adotada e sua influência no sucesso do processo de adoção. A partir da base reflexiva utilizada nesta interpretação – a psicanálise e suas contribuições ao entendimento da participação do inconsciente humano no cotidiano social – procura-se então realizar uma revisão bibliográfica a respeito das motivações ao ato de adotar, bem como ao de aceitar ser adotado, ou seja, quais as fantasias que sustentam ambas as posições dentro da cena de busca e aceitação da construção conjunta de um novo círculo familiar. Acredita-se que tal problemática é tema fundamentalmente importante para a psicologia no Brasil.

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Brasil, 1990), a Lei número 8.069 de 13 de julho de 1990, assegura à criança o convívio familiar como direito fundamental. Na adoção, aceita-se uma criança como filho de maneira voluntária e legal. Sendo assim, adotar é um ato atravessado desde o início pelo âmbito jurídico, o qual sempre busca atuar em favor do adotado para garantir sua segurança, seus direitos e solução de problemas que podem surgir ao longo das etapas do regime (Oliveira e Próchno, 2010). O teor jurídico está presente aqui no ato de *tornar legalmente pais de uma criança* indivíduos que não a conceberam, isso a partir do enquadre desses dentro dos requisitos legais necessários para a adoção (Ost, 2009).

No Brasil, pessoas maiores de 18 anos, independente do estado civil, podem legalmente adotar. Por lei, é estabelecido que o adotante deve ter 16 anos a mais do que o adotado. Segundo Levinzon (2014), o essencial é que o adotante garanta à criança ou adolescente um ambiente seguro e acolhedor, que preserve a satisfação das necessidades básicas, tanto de cunho físico quanto psicológico. O perfil daqueles que podem ser adotados legalmente são crianças ou adolescentes que tenham até 18 anos de idade cujos pais foram destituídos do poder familiar sobre eles.

Vale ressaltar que grande parte dessas crianças e adolescentes que são colocados para adoção no Brasil derivam de famílias com condições precárias de vida e nível socioeconômico baixo. Como colocado por Levinzon (2014), apenas quando todos os recursos dos programas de políticas públicas forem esgotados é que se concede a possibilidade da adoção por pessoas que não são da família de origem biológica.

O Cadastro Nacional de Adoção (CNA), coordenado pela Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), passou por mudanças em 2018 que tinham como objetivo principal colocar a criança como protagonista do processo de adoção, de modo a melhorá-lo tanto nos âmbitos de assertividade quanto de funcionalidade. Sendo uma ferramenta digital, auxilia os juízes das Varas da Infância e da Juventude na condução dos procedimentos dos processos de adoção em todo o país. Com essa transformação atual no sistema que agora conta com uma busca inteligente, é possibilitado o rastreamento de uma família para a criança, e não a lógica contrária. Além disso, destaca-se que há a emissão de alertas quando houver demora no cumprimento de prazos processuais. Desse modo, percebemos que atualmente o poder judiciário tem se atentado para tornar menos extenso o tempo de institucionalização da criança, dinamizando o caminho para sua chegada a família.

No atual contexto brasileiro, é possível identificar e também traçar o perfil das crianças que estão disponíveis para adoção, bem como o dos pais pretendentes a adotar. Segundo os dados do Cadastro Nacional de Adoção (CNA), os relatórios estatísticos de 2018 demonstram que 17% do total de pretendentes somente aceitam crianças brancas, enquanto que 65,85% das crianças em situação de institucionalização não o são. Além disso, 77,79% dos pretendentes à adoção são interessados por crianças até seis anos de idade, mas 73,48% delas estão na faixa etária acima dos cinco anos. Outro dado relevante é que 63,27% dos pretendentes só aceitam crianças sem doença alguma, havendo 25,68% delas com algum problema de saúde. A partir desses dados, é possível entender a realidade da adoção no contexto brasileiro. Percebe-se claramente que há uma discrepância entre as expectativas e desejos dos pais pretendentes a adotar com as crianças que estão a espera de uma família.

Como analisado por Oliveira e Próchno (2010), as características físicas pautadas no desejo e expectativas dos pais parecem destoar em relação às necessidades e características das crianças, de modo que aquelas que não se encaixam possivelmente continuarão institucionalizadas por um tempo mais longo. É possível entender, portanto, que a adoção compreende questões de cunho social, racial e etário e também do campo da fantasia e do inconsciente. Assim, destaca-se a importância do novo sistema de cadastros, tendo como aposta de melhor combinar o perfil dos pais com aquele das crianças. Em janeiro de 2019, já foi possível verificar a mudança positiva de tal sistema, na medida em que o site do CNA divulgou recorde de adoção na Vara da Infância e da Juventude no Distrito Federal do ano anterior, quando o mesmo entrou em vigor.

Os pais adotivos constroem grandes expectativas em relação ao processo de adoção e de como será a relação com a criança. No entanto, como colocado por Levinzon (2014), preparar-se para a adoção abarca também a atitude de cuidado em harmonizar as idealizações construídas pelos pais com a realidade, visto que as discordâncias e frustrações entre pais e filhos são providas, em sua maioria, de situações de desencontros dessa natureza.

Além disso, acrescenta-se que a criança deve ser adotada por pessoas que desejam ter um filho, e não de fazer um ato de caridade, pois assim enormes expectativas irreais surgem em relação à criança. Em muitos casos, segundo a autora, há pelos pais uma cobrança indireta por gratidão, de modo que, para a criança, não há espaço imaginável para ir contra os pais e questioná-los, como única alternativa buscar insistentemente adequar-se ao papel que por eles é esperado. A problemática do narcisismo fica muito clara aqui, na medida em que as crianças adotivas necessitam de um investimento narcísico dos pais, restaurando seu narcisismo danificado pelas rupturas até então vividas, mas: "(...) as motivações consideradas altruístas parecem afastar-se do que necessitam essas crianças." (Mendes, 2007, p.35).

Desse modo, é possível perceber que é de extrema importância que os pais elaborem suas reais motivações inconscientes a respeito do desejo em adotar. Segundo Mendes (2007), um dos grandes causadores de complicações nos

relacionamentos entre pais e filhos está no encontro entre os desejos dos pais e as expectativas dos filhos. Nesse sentido,

(...) há um risco de um excesso de identificações narcísicas por parte dos pais, ao incorrerem na imposição de seus ideais aos filhos, e, por outro lado, o perigo da ausência de investimento narcísico, dificultando a construção identitária da criança. (Mendes, 2007, p.36)

Uma das principais fontes deste desencontro está na aceitação dos pais de que a criança virá com uma história de vida anterior à adoção, sendo essa muitas vezes marcada por separações e sentimento de perda de vínculos importantes para ela, principalmente vividos na primeira infância. Dessa forma, como colocado por Levinzon (2014), quando a criança não elabora tais sensações, pode vir a senti-las novamente numa situação atual, o que acaba sendo difícil para a compreensão dos pais, e, portanto, motivo de atenção dos mesmos para atentar aos vínculos afetivos atuais e transmitir segurança.

O percurso até a família adotiva para cada criança pode ser bem diversificado. Segundo Mendes (2007), algumas são entregues recém-nascidas aos abrigos, outras, passam pela separação da família biológica mais tarde. Nesse sentido, até que a criança esteja de fato disponível para adoção, pode ter vivido por diferentes lares, com diferentes pessoas e/ou instituições. Desse modo, a autora reitera a importância de se considerar as várias rupturas afetivas pelas quais esse sujeito já passou.

Quando em um novo ambiente, a criança reagirá de diferentes maneiras de acordo com esse histórico. Uma criança adotada que tenha sido privada de um bom ambiente, não terá uma experiência dessa natureza a ser reacendida no novo ambiente, e, portanto, é uma vivência que deve ser criada. Já no caso de crianças com uma bagagem passada suficientemente boa, o lar adotivo é a possibilidade de reativar algo já vivenciado, porém perdido. Nesse sentido, Winnicott (1965) ressalta que nas situações de adoção é imprescindível que se conheça a história de vida da criança, tendo conhecimento de seu acesso a condições favoráveis de desenvolvimento. Assim, é importante saber se o contato com esse ambiente foi destruído ou até mesmo se o ambiente suficientemente bom nunca existiu.

Nessa lógica, é bastante importante que os pais adotivos, ao depararem-se com a história de vida da criança adotada, por vezes dolorosa, consigam encará-la e sejam figuras que ajudem a criança a elaborar tudo que já viveu até então. Mendes (2007) reitera que existe uma tendência dos pais de esquecer a história anterior a adoção, idealizando que seu nascimento se deu a partir de sua chegada à família. Devido a isso, tal quadro pode gerar certo desencontro entre o que os pais idealizam e o que aquela criança realmente traz de bagagem:

(...) os próprios pais adotivos precisam ser ajudados a encontrar possibilidades de elaboração de suas dores, e permitir a inclusão do passado e das origens da criança de forma que ela possa integrá-los como aspectos importantes de sua identidade. (Mendes, 2007, p.12)

É possível entender que quando a família recebe um filho, seja adotivo ou biológico, ambos devem adaptar-se um em relação ao outro. Winnicott (1965) ressalta a importância de que o novo ambiente seja suficientemente bom para que a criança o aproveite. No entanto, segundo ele, a criança carente é perturbada devido a sua história de vida, não sendo uma simples mudança ambiental passível alterar tal perturbação. É natural e inclusive saudável que à medida que ela passe a aproveitar o ambiente, comece a ser capaz de reagir com determinada raiva e ódio a esse estado de carência primeiro que ela vivenciou, mas que naquele momento não foi direcionado ao ambiente. Tal atitude é necessária de ser compreendida pelo novo contexto, bem como que os pais adotivos possam sobreviver ao sentimento negativo, para que possam avançar a uma relação mais segura. Dessa forma, como colocado por Verceze et al. (2015), é muito importante que esses sentimentos encontrem um espaço de acolhimento e compreensão na nova família, de modo que sejam encorajados a serem expressos para que a elaboração da perda primeira seja possível.

Como aponta Teixeira (2000), do ponto de vista psicanalítico, quando um casal decide construir uma família, cada um deles carrega consigo um modelo de família que é consequência das introjeções realizadas a partir de suas experiências com sua família de origem. Assim, ter um filho é atualizar nas novas relações que serão estabelecidas, a própria infância, de forma que o modo como ela foi vivida no passado influenciará na facilidade ou não de estabelecer futuros vínculos. Percebe-se, nessa lógica, que a atualização de conteúdos infantis na convivência com o

outro tem relação com a tolerância de sentimentos nem sempre afetivamente positivos, mas também aqueles mais aversivos e desagradáveis, isto é, nesse relacionamento há ambivalência de sentimentos.

Nesse sentido, é possível ilustrar e vislumbrar o cenário atual brasileiro no qual grande parte dos pais que pretendem adotar preferem bebês ou recém-nascidos. Frequentemente, segundo Rosa (2014), a resistência pela adoção tardia está em justamente aceitar as bagagens de história e afetos que as crianças experienciaram antes de serem adotadas, as quais, mesmo que de maneiras muito variadas, viveram a perda do ambiente inicial. A esse respeito Winnicott (1996, p. 116) questiona:

(...) embora os pais aceitem naturalmente as cargas que resultam de seu próprio fracasso relativo no manejo inicial de seus filhos (e um fracasso relativo sempre existe), será que eles aceitam facilmente fracassos de outras pessoas e toleram as cargas decorrentes do fracasso ambiental anterior à adoção, pelas quais não conseguem se sentir responsáveis?

Nessa lógica, quanto mais tempo a criança tiver sido privada afetivamente, maior serão os esforços à adaptação, tanto para os pais adotantes quanto para a própria criança. A respeito da importância dos laços afetivos primários Winnicott (1979) elabora o conceito de *holding*, fundamental para entendermos a contribuição do autor para esta temática. *Holding* é a manifestação do amor da figura materna que estabelecerá a base de satisfação das primeiras relações objetais e experiências de gratificação instintiva. Nesse sentido, aquela que não pode promover tal demonstração, provoca uma rápida sensação de insegurança e certa ansiedade no lactente, indivíduo cuja fase da existência é totalmente dependente e em fusão com a figura materna. Segundo Winnicott, a identificação com o lactente é necessária para haver uma inclinação pelo conhecimento do que ele necessita.

Nesse sentido, é possível acrescentar aquilo que Winnicott (1965) contribuiu a respeito da família. Segundo ele, a integração da família descende da disposição integrativa de cada criança individualmente. Dessa forma, a partir de um estado não-integrado, o ser humano tende passar por esse processo por meio de um bom desenvolvimento emocional cujo principal fator determinante é o cuidado favorável da figura materna. Dessa forma, com a personalidade integrada, a criança reflete no

ambiente o efeito integrativo, contribuindo, portanto, para a integração da família como um todo. No caso da adoção, na qual a maioria das crianças já passou por esse processo, os pais: “(...) têm de tomar sobre si uma tarefa nada natural- devem construir e manter um lar e uma atmosfera familiar apesar de não poderem contar com a ajuda daquela criança.” (Winnicott, 1965, p.68).

Nas famílias biológicas, ser consanguíneo em relação ao outro possibilita o sentimento de torná-lo conhecido, familiar, percebendo-se e até reconhecendo-se no outro. Como colocado por Teixeira (2000), apesar das diferenças e separações físicas, nas famílias consanguíneas, o filho natural é visto como aquele que dará continuidade à história, carregando consigo as boas expressões do self dos pais. O vínculo familiar, dessa forma, é assegurado pela perpetuação da história da família.

Em contrapartida a tal sentimento de familiaridade, aparece o sentimento de *estranheza* que atravessa o processo de assumir a criança adotada, sendo uma reação ao desconhecido por parte de ambos, pais e filhos, a princípio. Como colocado por Teixeira (2000), a adoção na perspectiva dos pais inicialmente passa pelo “(...) desejar e assumir como seu um filho de outro, que é para eles um objeto estranho.” (p.53). Dessa forma, frente a uma situação desconhecida que causa desconforto, os pais, segundo a autora, podem vir a desresponsabilizar-se, assumindo que tal aspecto se dá por conta da genética da criança.

Winnicott (1965) reitera a importância dos pais, na constituição da família, notarem não só que os filhos são carismáticos e necessitam de amor, mas também que precisam que esse ambiente promova sentimentos de confiança e disponibilidade. Isso dependerá de como os pais desenvolveram suas personalidades na sua infância para responder a partir daquilo que os filhos necessitam e esperam deles, e, nesse movimento, a família vai sendo produzida.

Dessa forma, é perceptível que a chegada da criança adotiva na nova família é resultado de um complexo processo, que envolve expectativas, desejos, e também introjeção das experiências mais primárias que cada qual foi marcado por sua história de vida. Além disso, percebe-se que após a sua chegada, uma série de acontecimentos vivenciados no passado se atualizarão, tanto para a criança quanto para os pais.

Tais considerações são de extrema importância para compreender que se trata de um processo no tempo, um movimento dependente de todos aqueles que fazem parte do sistema familiar, onde as subjetividades de cada qual estão em intensa interação. Assim, a partir do que foi aqui colocado, são analisados nos capítulos seguintes os vários aspectos que estão relacionados à temática em questão, no que diz respeito à criança que é adotada no Brasil, aos pais que desejam e decidem adotar e à narratividade da história família adotiva como importante ferramenta para o estabelecimento do vínculo entre pais e filhos, bem como artifício para a elaboração dos conflitos inconscientes de todos os participantes do processo. A temática em questão é bastante relevante em diversos âmbitos, visto que é atravessada tanto pelas questões de cunho social, e legal quanto pelas questões subjetivas, abarcando aspectos do desejo, idealização e fantasias.

A Psicologia é uma ciência que deve contribuir com seus vastos estudos a respeito das várias fases do desenvolvimento infantil e suas necessidades, bem como em relação às idealizações e expectativas parentais quando se tem um filho. Devem ser aprofundados esforços para compreensão dos fenômenos familiares e sua elaboração da conflitiva inerente ao processo de adoção, permitindo o compartilhar cada vez maior dos saberes sobre a temática que abarque todos esses complexos aspectos de modo mais completo, contribuindo para a ampliação dos dizeres sobre uma temática tão importante e atual no contexto social brasileiro.

2 MÉTODO

Para analisar o que tem sido enunciado a respeito do tema, foi necessário elaborar uma revisão bibliográfica a respeito das contribuições psicanalíticas sobre os diversos âmbitos envolvidos no processo da dinâmica familiar na adoção. O primeiro capítulo foi reservado para pesquisar sobre a perspectiva da criança adotada, destacando a relevância dos primeiros contatos afetivos para o bebê na constituição do sujeito e de sua psique. Nesse sentido, foram utilizadas principalmente as obras de Donald Woods Winnicott, o qual estudou profundamente a respeito dos bebês e sobre a importância de um ambiente primeiro suficientemente bom, que transmita confiança ao sujeito. Além disso, neste capítulo destacou-se a relevância da história anterior da criança adotada e como ela pode refletir na dinâmica da família adotiva. Dessa forma, as questões de desenvolvimento, elaboração de um relacionamento de confiança entre pais e filhos, formação da família e objetos transicionais foram abordados no primeiro capítulo.

Já no segundo capítulo, foi destacada a perspectiva dos pais que adotam, ressaltando temáticas a respeito do narcisismo, motivações inconscientes e o significado da chegada de um “estranho” no lar. Além disso, verificou-se a importância socialmente colocada no ato de ter um filho, refletindo acerca da ferida narcísica inconsciente nos pais que decidem pela adoção. Nesse sentido, foram analisados os contrastes a respeito das expectativas de se ter um filho biológico e um filho adotivo do ponto de vista dos pais. Neste capítulo foram utilizados textos de psicanalistas a respeito do tema, encontrados tanto em livros quanto em artigos acadêmicos, destacando os textos das obras de Sigmund Freud que envolvem as temáticas em questão.

Por fim, no terceiro capítulo a temática da narratividade na Psicanálise foi abordada como forma de elaboração de impasses inconscientes, por meio do livro *Fadas no Divã*, do casal psicanalista Diana Corso e Mário Corso, além do documento acadêmico de doutorado de Clarice Paulon, que aborda o conceito de narrativa no contexto da clínica psicanalítica. Nesse sentido, analisou-se o exercício de contação de histórias para crianças por parte dos pais como importante artifício de acesso, conhecimento e elaboração dos conflitos inconscientes vividos por ambos, pais e filhos. Para ilustrar tal processo na prática foi, em especial, elaborada uma análise do material do projeto *Histórias Cruzadas* disponibilizado no site do

Instituto Fazendo História. Tal projeto tem como objetivo a elaboração e escuta das histórias de vida dos pais e filhos adotivos, por meio da construção de um álbum que conte a história da família, antes e depois da adoção, visando trabalhar em grupos de apoio à adoção a vinculação mais consistente e confiante das famílias por meio da narratividade.

Vale ressaltar que o lugar mais ideal para pesquisa em psicanálise, segundo Mezan (2006), seria o processo analítico, mas, afirma o autor que ela também pode ocorrer em espaços extra analíticos. Nesse sentido, a partir da leitura de obras da Psicanálise, foi possível realizar também a produção de conhecimento psicanalítico, onde, no caso do trabalho em questão, o objeto de estudo foi formado a partir da coleta e reflexão de textos, e não pelo material clínico. Dadas essas considerações, foi possível justificar que esta pesquisa pode ser classificada como psicanalítica, que realiza uma reflexão a respeito de textos sobre a temática já escritos no campo da Psicanálise.

3 DESENVOLVIMENTO

3.1. Quem é a criança adotada? Uma análise psicanalítica da criança antes e depois da adoção

Naturalmente, antes de ser adotada a criança é gerada pelos pais biológicos e, após o nascimento, tanto a mãe quanto o bebê passam por um período de relacionamento simbiótico, isto é, sem diferenciação. Nesse momento, segundo Winnicott (1987), a mãe atualizará no relacionamento em questão as lembranças por ela vividas de suas próprias experiências familiares, podendo as mesmas facilitar ou não a experiência vivida atual. Quando esse processo se dá de maneira repetitiva e dedicada, o autor afirma ser possível ao bebê sentir-se real, confiante a enfrentar o mundo e as várias fases do desenvolvimento que prosseguirão.

Nessa lógica, Winnicott (1987) reitera a importância da identificação primária entre mãe e bebê, colocada como uma identificação bastante singular. Nesse momento, "(...) o importante é que *eu sou* não significa nada, a não ser que eu, inicialmente, seja juntamente com outro ser humano que ainda não foi diferenciado." (Winnicott, 1987, p. 9). Tudo o que ocorre depois dessa fase depende necessariamente de haver um início satisfatório. Assim sendo, é possível perceber que a saúde mental do sujeito vai sendo construída desde o início pela suficiência materna.

Nesse sentido, Winnicott (1987) coloca a desintegração como deficiência do estado de integração. Na integração, o bebê tem o apoio do ego materno para que a organização do seu ego seja facilitada. Dessa forma, a partir de um ambiente facilitador suficientemente bom, o crescimento do bebê pode alcançar resultados favoráveis, pois o infante confia no ambiente. No entanto, uma falha nessa área gera dificuldades na estrutura da personalidade, na medida em que é afetada a origem das relações objetais. Segundo o autor, quando o relacionamento entre mãe e bebê é desfavorável, haverá uma insuficiência na capacidade do bebê de usar os objetos.

Para Winnicott (1971) a capacidade de usar ou não objetos é algo que faz parte do desenvolvimento de diferenciação do sujeito. Para tal, ele diferencia a relação objetal com a de uso de objeto. Na primeira, consta-se uma experiência do

sujeito com ele mesmo, isoladamente. Já na segunda, parte-se do pressuposto de que o objeto deve fazer parte da realidade compartilhada. Dessa forma, o uso de objeto implica necessariamente a consideração da natureza independente do mesmo e do ambiente.

Nesse sentido, Winnicott (1971) ilustra o momento da amamentação como um exemplo para demonstrar que, se a mãe for suficientemente boa, pode permitir ao bebê passar do relacionamento com o objeto seio ao uso do objeto seio, na medida em que esse pode ser tanto percebido pelo bebê como parte indissociada dele (relação de objeto), quanto percebido como um objeto diferente, externo (relação de uso). Dessa forma, verifica-se que a capacidade de usar objetos é um processo de amadurecimento, "(...) como algo que depende de um meio ambiente propício." (Winnicott, 1971, p. 125).

Ainda nesse sentido, a mudança da relação para o uso significa necessariamente a destruição do objeto. Segundo o autor, o resultado disso é o objeto que sobreviveu à destruição pelo sujeito, comunicando ao mesmo que a sobrevivência à destruição confere valor à sua existência. A importância desse processo mental é que a destruição do objeto o coloca fora do eu, destruindo também a onipotência de controle do sujeito, o qual, a partir desse movimento, é inserido no mundo. Nesse processo, Winnicott (1971) destaca a importância do objeto de suportar e sobreviver à destruição, na medida em que isso capacita o sujeito a descobrir sua própria externalidade.

Assim, no desenvolvimento emocional, destaca-se a importância do meio ambiente, na medida em que o sujeito ainda não o separou de si mesmo. Dessa forma, "Se ninguém ali está para ser a mãe, a tarefa desenvolvimental do bebê torna-se infinitamente complicada." (Winnicott, 1971, p. 153). Winnicott (1996) coloca que é comum o bebê ter recebido cuidados ineficazes antes da adoção, portanto, dado que o contexto de adoção pressupõe um percurso traumático, esse processo que está na base da constituição psíquica do sujeito pode sofrer algumas dificuldades.

No que diz respeito a essa temática, Winnicott (1996) destaca uma de suas categorias problemáticas principais: o manejo inadequado do bebê antes da adoção. No entanto, há uma enorme gama de possibilidades em relação a isso,

variando de acordo com o caso, mas, segundo o autor, os aspectos estão bastante pautados numa história de privações e falta de estabilidade ambiental. Desse modo, Winnicott (1996) reitera a importância de que os cuidados para com a criança sejam assumidos o quanto antes pelos pais adotivos, para que seja evitado um fracasso ambiental inicial que impeça a criança de um bom desenvolvimento pessoal: “(...) o cuidado amoroso é necessário para os processos inatos de crescimento emocional.” (Winnicott, 1996, p.127).

O contexto a partir do qual as crianças e adolescentes são colocados para adoção no Brasil é descrito por Levinzon (2014) como precário, no qual as famílias em sua maioria vivem em condições de nível socioeconômico baixo. Além disso, são encontrados também casos de drogadição dos pais biológicos ou de mães adolescentes que não têm condições de criar esse filho. Apesar disso, sendo o processo legalmente protegido, ainda é feita a tentativa de programas públicos de apoio familiar que visam que não ocorra a quebra de vínculo total da criança com a família biológica.

Dessa forma, segundo a autora, depois que todos os recursos forem esgotados nesse sentido, é permitido que a criança seja adotada por alguém que não seja da família biológica, sendo assim encaminhada para abrigos ou instituições de caridade. No contexto atual brasileiro, podem ser adotadas crianças e adolescentes que tenham até dezoito anos e cujos pais faleceram, são desconhecidos, foram destituídos do poder familiar ou concordaram com a adoção. Percebe-se, então, o caminho pelo qual a criança já percorreu de rupturas afetivas e ambientais antes de encontrar e ser encontrada pela nova família.

A partir do momento que ocorre adoção, essas crianças adotivas possuem dois grupos parentais como modelos identificatórios, tornando desde já o processo mais complexo. Segundo Abrão (2011), a mãe adotiva não possui a representação de seu corpo como referência, de, a partir da gravidez, traduzir as necessidades que o bebê apresenta e nele investir afetivamente. Nesse sentido, no início do relacionamento com o bebê que foi adotado, há um desafio maior para o processo de identificação, através da coincidência da satisfação do bebê com o investimento no mesmo. Segundo a autora, é bastante importante que a mãe possa estar convicta de conhecer o *seu filho* e de reconhecer suas necessidades, pois, apesar

de não ter acesso aos recursos da mãe biológica, isso não significa que ela não possua outros, como por exemplo, encontrar traços e semelhanças dela com o filho, sem negar as diferenças intrínsecas.

Segundo Vargas (1998), com quanto mais idade as crianças são adotadas, maior será o esforço para identificarem-se com as novas figuras parentais, principalmente pelo fato da reconstrução do vínculo primário ser extremamente difícil devido ao abandono da família biológica ou até mesmo se a criança passou algum tempo em tal família, como em alguns casos de adoção tardia. Dessa forma, é muito importante, segundo a autora, que as necessidades emocionais mais primitivas dessa criança sejam trabalhadas e atentadas na nova família, refazendo, então, todo o caminho de construção do eu a partir dos novos modelos parentais. Assim, é interessante que ela passe pelo processo “(...) de ser gerada novamente, de se mostrar indefesa, de requerer atenção, de renegar essa atenção (...)” (Vargas, 1998, p.149). Para tal, a criança precisa de pelo o menos uma pessoa na qual possa confiar e ser compreendida.

Em consonância com os estudos da autora em questão, Winnicott (1965) já havia verificado que nos contextos em que há a destruição de um ambiente bom ou quando o mesmo nunca existiu, existem alguns fenômenos tipicamente conhecidos como patogênicos, como o ódio reprimido ou a dificuldade de amar outras pessoas. Segundo o autor, nestes casos são solidificadas várias estruturas defensivas na personalidade da criança. Nesse sentido, Winnicott (1965) reitera que todo esse quadro pode resultar em uma regressão a fases iniciais de desenvolvimento ou em estados de introversão. No entanto, segundo ele, é importante a compreensão dessas reações, para verificar que essas atitudes revelam certa esperança por parte da criança de encontrar uma mãe suficientemente boa, um lar suficientemente bom e estável. Dessa forma, são atitudes que externalizam certo esforço de rastreio por um ambiente sadio:

Mesmo a fúria pode ser um sinal de esperança e do fato de que, no momento, a criança está estabelecida como uma unidade que é capaz de sentir o embate entre suas concepções e o que realmente existe na realidade compartilhada com os outros. (Winnicott, 1965, p.198)

Nessa lógica, Winnicott (1965) afirma que todas essas defesas psíquicas são firmadas contra a ansiedade insuportável fruto dessa história de privações. Assim, é possível perceber que nesse movimento é importante que o novo ambiente responda a essas reações de esperança, estando disposto a proporcionar, principalmente, confiança e segurança à criança. Dependendo da história de vida da criança antes da adoção, é possível que as boas experiências sejam reanimadas a partir de sua entrada num novo ambiente, sendo a chance da criança de ativar algo que foi perdido. Segundo o autor, isso dependerá se ela teve essa vivência ou não. Dessa forma, podem existir casos complexos em que a criança passou por situações de tal forma insatisfatórias, casos em que o ambiente bom precisará ser formado pela primeira vez.

Como já foi colocado, a segurança e confiança ambiental providas pelo novo lar são essenciais para o início favorável do processo de adoção. No entanto, não é apenas a provisão do bom e estável ambiente que garantirá um percurso satisfatório. Ao longo do desenvolvimento da confiança, é aberta à criança a possibilidade de espaço para que o ódio com a primeira ruptura ambiental seja expresso. Como estudado por Winnicott (1965), os próprios pais adotivos serão alvo do ódio do filho, o qual seria direcionado ao seu primeiro lar. No entanto, o autor destaca a importância da compreensão desse momento como primordial para que a criança possa recuperar-se desse início traumático a partir de sua expressão. A sobrevivência ao sentimento negativo, à essa destruição do objeto 'pais', permite então que a relação da atual família passe a ser menos idealizada, e, portanto, mais segura.

A esse respeito é interessante lembrar aquilo que Freud (1914) destacou em relação à compulsão à repetição na relação transferencial. Segundo seus estudos sobre essas questões, o autor afirma que não recordamos situações que esquecemos, mas expressamos através da atuação, devido à repressão desse material. Dessa forma, reproduzimos não como lembrança, mas como ação repetitiva. Há, segundo ele, uma resistência ao recordar, e que, portanto, a compulsão à repetição é sua maneira de recordar. Na repetição da cena da adoção, é possível enxergar a transferência de aspectos do passado esquecido para uma situação atual. No contexto da adoção que estamos estudando, é possível perceber e analisar que o ódio direcionado aos pais adotivos significa a repetição daquilo que

não pôde ser expresso numa situação passada, isto é, aos pais biológicos e seu ambiente primeiro e precário. Dessa maneira, a criança revive várias formas daquilo que não manifestou anteriormente, transferindo para atual relação familiar.

Nesse sentido, além da importância da sobrevivência aos momentos de ódio no percurso da adoção por parte dos pais, é de extremo valor o auxílio dos pais que ajudem a criança a elaborar toda a sua história. Segundo Winnicott (1965), apesar do filho adotivo muitas vezes saber conscientemente o que lhe aconteceu, mesmo assim procura ajuda externa para ter consciência do conjunto de sua história. Contá-la auxilia a criança a recordar alguns aspectos que não lhe ocorrem na memória de modo algum. Isso permite à criança distinguir o plano do real e do imaginário, além de provocar maior segurança e apropriação de sua história de vida. O interessante nesse movimento é estar principalmente disponível para criança quando ela procurar por essas informações, demonstrando que quando ela sentir essa necessidade sabe com quem e onde procurar: “Quando vemos uma criança infeliz e retraída certamente podemos fazer mais ao acolhê-la e sustentá-la com simpatia do que empurrá-la para um estado de falsa vivacidade e esquecimento.” (Winnicott, 1996, p.65).

Para muitos pais adotivos, no entanto, a revelação para o filho da história de vida anterior à adoção pode ser um processo difícil e aflitivo, pois acreditam no seu imaginário que não contá-la pode proteger a criança de sofrimentos e traumas. Segundo Abrão (2011), no entanto, há um registro no psiquismo da criança cuja tradução não se dá através da linguagem verbal, mas que mesmo assim existe. Dessa forma, o filho adotivo necessita desse espaço para desenvolver suas questões e hipóteses a respeito da própria origem. Como colocado pela autora, permanecer no lugar do não-dito provoca na criança a sensação de viver num mundo de fantasia. Nesses casos, é muito importante que os pais elaborem esse assunto e suas razões subjetivas com eles mesmos para depois conseguirem tratá-lo de maneira natural com a criança.

Nessa lógica, Abrão (2011) reitera que quando os pais não possuem os recursos mais adequados para abordar a origem traumática da criança, as condutas de convivência familiar deixam de ser espontâneas, permanecendo artificiais e sem fluidez. Dessa forma, a criança sente as reverberações ao seu redor, suspeitando

um mistério a respeito de sua origem. Como forma de resolver esse quadro, o filho passa a imaginar consciente e inconscientemente percursos para resolver a questão de seu modo, sendo que estamos falando de uma história que é a sua própria.

A partir de suas experiências clínicas com diversos casos de adoção, Abrão (2011) diz ser muito frequente nos filhos adotivos que a dimensão desconhecida de sua história cause sensações de ameaça, como se fosse algo dela roubado. Devido às lacunas da história pessoal dessas crianças, tais vivências traumáticas dão origem a sintomas comuns nesse quadro: falta de orientação espacial, dificuldades de aprendizagem, sensação de rejeição e estranheza, de ser diferente dos outros, e baixa valoração nas relações interpessoais. Dessa forma, a autora reitera a dificuldade de lidar com as questões de origem quando essas são tratadas como um peso e um mistério, havendo um abismo na sua trajetória de vida que causa a sensação de perda de espaço na criança. Dessa forma, o não-dito expressa-se através dos sintomas, os quais muito dizem sobre o pedaço solto da sua história, principalmente aquela anterior à adoção.

Nesse sentido, a criança adotada inserida nesse complexo contexto quando vai ao encontro de sua origem encontra tanto os pais biológicos, completamente desconhecidos, quanto os pais adotivos, que são conhecidos, mas biologicamente diferentes dela. A falta dos filhos adotivos de terem a possibilidade de identificarem-se com uma parte de sua história de vida funciona como uma sombra ameaçadora (Abrão, 2011). Ir de encontro com as suas origens, portanto, é uma necessidade e uma ameaça. Nesse movimento, percebe-se que a ameaça ao abandono é aquilo que o sujeito mais teme, mas também é com o que se identifica. Por isso, muitas crianças adotadas, segundo Abrão (2011), testam os pais adotivos para descobrir se são capazes de suportá-las e de não as abandonar, tragicamente muitas vezes a partir de atitudes delinquentes.

O ideal, segundo a autora, é que o filho adotivo possa confiar em seus pais, e que os mesmos estejam dispostos a esclarecer suas dúvidas e medos, podendo assim formar a sua própria opinião e apropriar-se daquilo que lhe pertence, evitando uma identificação negativa com parte de sua história. Dependendo da faixa etária da criança, muitas vezes a modalidade mais acessível para abordar o tema é por meio de uma história inventada pelos pais. Através do uso de metáforas, a compreensão

da história pode ser um facilitador para a criança acessar e elaborar tais informações. Apesar de todos os esforços para que haja conhecimento da criança sobre sua história de origem, reitera-se que:

Estas crianças precisam de informações, mas a informação não é suficiente. Elas precisam de uma pessoa confiável em suas vidas, alguém que esteja do seu lado na busca da verdade, e que compreenda que elas precisam experienciar a emoção apropriada à situação real. (Winnicott, 1996, p.132)

Abrão (2011) avalia que nas situações de adoção, há um recorte primitivo que fica, de alguma forma, perdido. Tal perda, segundo a autora, passa a marcar a subjetividade desses sujeitos. Desse modo, a autora defende que é de extrema relevância que essa ruptura encontre alguma tradução e elaboração para que não se perpetue como uma dificuldade psíquica futura, mas como uma narrativa congruente a respeito de si mesmo. Winnicott (1996) reitera que essa descontinuidade deve ser considerada para compreensão subjetiva desses sujeitos cuja experiência primária é marcada por uma ruptura:

(...) sempre haverá o fato de que os pais que as conceberam são desconhecidos e inatingíveis, e que o seu relacionamento real com os pais adotivos não pode atingir os níveis extremamente primitivos da sua capacidade de relacionar-se. (Winnicott, 1996, p.116)

Nesse sentido, vale lembrar que as crianças que são adotadas por uma família, possuem um alto grau de cisão da personalidade (Winnicott, 1965). Nesse sentido, num momento inicial da adoção, a criança considerará o lar adotivo maravilhoso e o lar verdadeiro cruel ou vice e versa. No entanto, ao longo do processo, segundo Winnicott (1965), a criança vai sendo capaz de desenvolver fantasias a respeito de ambos lares, a partir de sua elaboração. Dessa forma, passará a saber e perceber o lar real oferecido a ela inserido na realidade. Segundo o autor, esse movimento para a percepção do lar real é de extrema importância para que a criança não oscile violentamente aos extremos bom-mau, mas desenvolva a capacidade de permanecer em um território neutro.

Nessa lógica, Winnicott (1965) reitera a importância dos chamados *objetos transicionais*. O autor define objeto transicional como facilitador da relação da

criança com a realidade compartilhada e a realidade subjetiva. Dessa forma, o objeto transicional funciona como um território neutro entre esses dois mundos, o qual é tanto escolhido pela criança quanto oferecido pela realidade. A principal função desses fenômenos 'representativos de alguém' é que "(...) por meio dessas coisas, as crianças adquirem uma capacidade de verem-se privadas em alguma medida daquilo que estão acostumadas e até daquilo que necessitam." (Winnicott, 1965, p.211).

No que diz respeito às crianças adotadas e os fenômenos transicionais, Winnicott (1965) afirma ser extremamente significativo que sejam respeitados os objetos transicionais já existentes na chegada ao novo lar. No entanto, o autor afirma ser muito comum que essas crianças não possuam um objeto transicional, ou que, se tiveram, o perderam. Assim sendo, não é apenas oferecer ao sujeito adotado um objeto, mas sim, que ela estabeleça cada vez mais relações de confiança nesse novo ambiente, fazendo com que a criança em questão desenvolva tamanha confiança em quem dela cuida, que passe a sentir a necessidade de uma simbolização do mesmo.

Como colocado anteriormente, para lidar com a cisão da personalidade inicialmente presente na chegada ao novo lar, os objetos transicionais possuem um papel bastante marcante para que as realidades subjetiva e objetiva mantenham uma certa coincidência suficiente para aquela criança. Os pais adotivos que estão cuidando da criança devem respeitar esse momento e passar a aceitar um território neutro, possibilitado pelos fenômenos transicionais, território este que está tanto na realidade compartilhada quanto no mundo criado pela criança. Desse modo, Winnicott (1965), a respeito dos objetos transicionais, reitera: "Assim, estudando aquilo que as crianças normais apreciam, podemos reconhecer o que as crianças carentes absolutamente necessitam." (p.212).

Nesse sentido, é importante lembrar Maldonado (1989) sobre da importância dada ao sentimento de pertencimento da criança em relação a esses dois mundos: família adotiva e família de origem. Segundo a autora, é essencial que ela possa transitar entre eles para que não predomine uma ambiguidade que gere a sensação de *ser sem ser*, pois, assim, as possibilidades e limites a esse sujeito também tornam-se ambíguos: ele é filho daquela família mas ao mesmo tempo não

é. “A conduta de provocação destinada a gerar ódio e hostilidade é uma tentativa de sentir-se amado- uma vez que o amor não existe sem o ódio-, de colocar em teste a aceitação e de solidificar a *sensação de pertencimento*.” (Maldonado, 1989, p.56).

3.2. Quem são os pais adotivos? O desejo de adotar e a jornada emocional da busca pela adoção

A adoção ocorre a partir de diferentes motivações e é permeada por ambivalências e diversas complexidades importantes de serem destacadas neste capítulo. Segundo Lisondo (1999), a identificação ocorre em torno da paternidade e filiação, sendo que “(...) o filho irá ocupar um lugar psíquico no mundo mental dos pais adotivos. Este ‘ninho psíquico’ se constrói na *transcendência* de uma árvore genealógica.” (Lisondo, 1999, p.3). Dessa forma, segundo a autora, a estrutura mental dos pais adotivos é primordial no destino do filho adotado, visto que esse, como abordado no capítulo anterior, vem necessariamente de uma história traumática de ruptura de vínculos.

Em 1914, no texto Sobre O Narcisismo: Uma Introdução, Freud elabora a relação entre a libido do ego e a libido objetal para introduzir a temática do narcisismo a partir da análise das neuroses transferenciais. Segundo o autor, a relação entre tais instintos é de uma antítese, ou seja, quanto mais uma é aplicada, mais a outra se desocupa. A maneira como é alterada a distribuição da libido depende em parte do tipo de escolha objetal que ocorre, sendo anaclítico ou narcísico. Neste último as pessoas tomam a si mesmas como objeto amoroso, tanto como são, como foram ou como gostariam de ser, com o objetivo principal de ser amado. Já no primeiro, uma figura de ligação é tomada, alguém que cuida e protege, de forma a privar-se de uma parte do narcisismo. Vale ressaltar que “(...) presumimos que ambos os tipos de escolha objetal estão abertos a cada indivíduo, embora ele possa mostrar preferência por um ou por outro.” (Freud, 1914, p.95). Dessa forma, há um narcisismo primário em todos nós necessário ao desenvolvimento emocional do sujeito.

Assim, no texto em questão narcisismo primário é tido como uma fase da infância após o estágio do autoerotismo e anterior ao de escolha de objeto, sendo que neste, o narcisismo não necessariamente desaparece. É nesse momento que a criança toma a si mesma como objeto da satisfação libidinal, caracterizando o narcisismo primário como primitivo e original, um momento estruturante do ego.

Nesse sentido, Freud (1914) reitera que o sujeito não está disposto a renunciar ao narcisismo que lhe conferiu perfeição na sua infância, de modo que

quando cresce e é perturbado pelas repreensões dos outros ou de seus próprios julgamentos, resgata-o por meio da ideia de um ego ideal. Assim, segundo o autor, projeta sobre si um ideal que substitui o narcisismo infantil. A formação de um ideal de eu, portanto, aumenta as exigências do ego pela consciência e acarreta num direcionamento da libido a cumprir esse ideal.

Nessa lógica, narcisismo secundário seria o momento em que o reconhecimento do objeto externo já existe pelo ego, mas há uma volta do amor libidinal para o mesmo devido a uma repressão. Através da identificação narcísica, a libido retira-se do objeto e introjeta-se no ego. Essa volta poderia ser explicada devido a frustrações ou pela perda do objeto, sendo assim uma forma de reestabelecer a autossatisfação propiciada pelo narcisismo infantil. Por fim, Freud (1914) ressalta um importante aspecto do narcisismo, as chamadas relações objetais narcísicas, nas quais a pessoa amará aquilo que possui a qualidade de excelência que a falta para tornar-se ideal. Nesse caso, o objeto possui relação de semelhança ou identidade com o próprio ego do sujeito, por conta do retorno da libido ao narcisismo como forma de escolher um ideal sexual que possui as qualidades que ele não pode assumir¹.

Freud (1914) introduz a ideia de narcisismo na relação entre pais e filhos. Segundo ele, os pais, na relação com os filhos, revivem e reproduzem seu próprio narcisismo por meio dos afetos a eles direcionados. Nessa cena, os pais tendem compulsivamente atribuir aos filhos uma perfeição e de ignorar seus defeitos, relevando, por seus filhos, as amarras culturais que seus próprios narcisismos foram forçados a se submeter. Nesse sentido, “O amor dos pais, tão comovedor e no fundo tão infantil, nada mais é senão o narcisismo dos pais renascido, o qual, transformado em amor objetal, inequivocamente revela sua natureza anterior.” (Freud, 1914, p.97).

Assim, é importante ressaltar aquilo que Mendes (2007) reitera a respeito dessa relação. Segundo a autora, para a construção do psiquismo humano é essencial que haja uma inserção narcísica da criança através do olhar materno e/ou paterno. Desse modo, nos casos das famílias adotivas, a ocupação desse lugar no narcisismo dos pais para mais a frente no seu desenvolvimento desocupá-lo, é

¹ Voltaremos a este assunto mais à frente.

extremamente importante para que ao filho adotivo possa ser oferecido esse lugar que lhe confere sentido de existência, retirando-o do estado de abandono.

(...) acreditamos que o desejo destas crianças ainda aponte para a necessidade de serem acolhidos narcisicamente pelos pais, nutrindo o desejo de ser sua majestade, o bebê, até mesmo por necessitar de um processo de cicatrização das feridas abertas pelo abandono já vivido. (Mendes, 2007, p.35)

Teixeira (2000) reitera a importância de utilizar tais concepções de narcisismo no âmbito da adoção, uma vez que para os pais biológicos existe certa facilidade e fluidez em sentir o filho como uma continuação natural da expressão do self dos pais, visto que no imaginário social os laços de sangue são vistos como mais fortes e seguros do que os vínculos de afeto. Dessa forma, segundo a autora, fica mais fácil para que certo grau de narcisismo parental seja mantido, de modo que a permanência de aspectos seus e a projeção defensiva no ambiente e não no filho seja mais assegurada, garantindo a preservação familiar. No caso dos pais adotivos existe uma utilização de recursos defensivos para preservação do narcisismo: “Assim, cindir e projetar os maus aspectos do self no filho adotivo os protege narcisicamente da angústia frente aos conteúdos infantis e favorece a manutenção de si mesmos como bons.” (Teixeira, 2000, p.42). É por isso que é tão importante, como coloca Mendes (2007), que os pais que decidem adotar por não conseguirem ter filhos biologicamente, enfrentem o luto fruto de tal ferida narcísica.

Dessa forma, percebe-se que é fundamental a compreensão do conceito de narcisismo para o entendimento de como cada um poderá lidar com sua própria posição como pai ou mãe. Isso se deve ao fato de que para os pais ter um filho significa não só a continuidade da sua história, mas também responde a uma ânsia do ser humano de lidar com sua assustadora finitude. (Teixeira, 2000). Para além de tais significados emocionais, Maldonado (1989) afirma que essa capacidade de gerar um filho assegura os pais de um bom funcionamento interno, confirmando ao casal conteúdos internos bons. O filho, dessa forma, expressa um ato criador e produtivo dos pais que é fruto do vínculo do casal, podendo ser utilizado como aquele que preencherá as lacunas consciente ou inconscientemente existentes na vida a dois.

Social e historicamente, a fertilidade sempre foi associada a uma benção e a esterilidade a um castigo, principalmente nos mitos popularmente compartilhados. Desse modo, pode-se destacar que estando inseridos nessa cultura, há uma pressão social no sentido de ter filhos, assumindo essa decisão uma importância bastante profunda no imaginário social de cada um, como se fosse uma espécie tanto de dívida social quanto individual, pois afetaria a autoestima, e autodesvalorização (Teixeira, 2000). Assim, é importante verificar que as pessoas que buscam a adoção como alternativas para exercer seu lugar parental estão fortemente marcadas por essa concepção de família biológica que valoriza os laços sanguíneos (Mahl et al., 2011).

Principalmente no que se refere às mulheres, há uma forte ligação histórica entre feminilidade e maternidade, fazendo com que seja naturalizado e reforçado o desejo psíquico de se ter um filho. Segundo Mahl et al. (2011), foi principalmente no século XVIII que se deu início a construção desse mito da maternidade como destino e de amor incondicional, atendendo a interesses econômicos, políticos e sociais que se perpetuam até os dias de hoje. Dessa forma, esse desejo, inserido no campo psíquico, é um projeto também cercado por investimentos narcísicos. A infertilidade, como colocado por Mahl et al. (2011), leva muitas famílias buscarem a adoção como possibilidade de concretizar tal ideal.

A interdição da gravidez é sentida a pela mulher como uma ferida narcísica, que abala seus referenciais identificatórios, já que a maternidade parece ser um importante elo na construção da identidade feminina em nossa sociedade. (Mahl et al., 2011, p. 63)

Percebe-se então a importância, não só para o casal mas também para cada sujeito envolvido, da chamada fertilidade. Nesse sentido, torna-se essencial que frente aos casos em que há a impossibilidade do casal engravidar, cada membro possa, a seu tempo, encarar a dor envolvida na perda dolorosa causada por tal impossibilidade. Teixeira (2000) afirma que em tal situação há um luto interno profundo, fruto da ferida narcísica, que necessita ser elaborado, pois, caso contrário, essa sombra aparecerá revivida nas questões de conflito e convivência que surgem naturalmente no relacionamento com os filhos adotivos. Neste sentido, o filho adotivo:

Será sentido e vivido dentro e fora do mundo mental do casal como aquele que vem denunciar a falta, o seu vazio interno. Aquele que veio ocupar o lugar do irreconhecível, do conjunto de fantasias e desejos infantis que não foram elaborados. (Teixeira, 2000, p.56)

Quando esse luto é elaborado, a construção do relacionamento com a criança adotiva poderá basear-se potencialmente por meio dos afetos no cotidiano e disponibilidade e abertura dos pais para a criação desse filho. Segundo Maldonado (1989), o desenvolvimento amoroso não pode ser pautado somente pela biologia, pelos laços de sangue, para que haja afeto e respeito. Na adoção o processo do desenvolvimento amoroso se dá emocionalmente, envolvendo ambivalência de sentimentos peculiares, tanto os da alegria de poder amar um filho, quanto das angústias causadas por ainda certa estranheza, desconhecimento. Nesse sentido, “(...) no caso da adoção, ocorre uma transformação requisitando novos intérpretes para velhos lugares. É um trabalho simbólico que oferece novas modalidades de ligação.” (Ducatti, 2003, p.52).

Embora nem todos os casos de adoção sejam casos de casais inférteis, nesta situação há sempre a decisão dos pais de assumirem como o seu o filho de outro, ou seja, alguém que a princípio lhes é estranho. Nesse contexto, é comum surgir uma angústia compartilhada pelos pais adotivos de serem abandonados e menosprezados porque não são os “pais reais”. Segundo Maldonado (1989), passa a surgir uma dúvida sobre a própria capacidade de amar o filho que não é ligado pelos laços de sangue, a partir dessa angústia. Dessa forma, encarar tal questão de insegurança é tão doloroso que muitos pais decidem manter segredo a respeito da origem da criança, tendo como justificativa protegê-la da verdade. No entanto, optar por essa alternativa é ter como consequência a inviabilização da família reconhecer-se como realmente é, dificultando a solidez da relação e do vínculo com a criança adotiva, bem como da mesma no processo de também adotar esses pais como legítimos e verdadeiros (Maldonado, 1989).

A estranheza e desconhecimento iniciais presentes pela chegada do filho adotivo na família, pode ser refletida a partir daquilo que Freud (1919), em seu texto “O Estranho”, analisa. Ele demonstra que o termo “estranho”, que evoca a noção de algo que é assustador no geral, na verdade remete ao que é conhecido e familiar. Nesse sentido, explica como é possível algo familiar transformar-se em assustador

e estranho. Nem tudo que é novo nos causa medo e apreensão, mas “Algo tem de ser acrescentado ao que é novo e não familiar, para torná-lo estranho.” (Freud, 1919, p.237). Para tal análise, Freud pesquisou os diversos significados da palavra ‘*heimlich*’, e concluiu que esta expressa dois conjuntos de ideias diferentes, tanto a familiaridade e o que é agradável quanto o que está oculto. Além disso, analisa-se no texto também extensamente a palavra ‘*unheimlich*’, o oposto de ‘*heimlich*’, que possibilita um importante conceito: “(...) é tudo o que deveria ter permanecido secreto e oculto mas veio à luz.” (Freud, 1919, p.241).

Nesse sentido, Abrão (2011) reitera que a partir do texto de Freud em questão é possível pensar a ideia do duplo. Segundo a autora, no estágio do nosso desenvolvimento inicial psíquico bastante primitivo, o sujeito cria em sua fantasia um duplo de si mesmo, com o objetivo de sentir-se seguro diante do sentimento de aniquilação do ego, ou seja, é uma forma de lidar com o desamparo. Nesse sentido, afirma-se que na fantasia, é garantido para o sujeito que ele não será destruído.

Abrão (2011) relaciona o conceito do duplo e do estranho pensando nos contextos da adoção. Segundo a autora, os pais adotivos que vivenciam a esterilidade ou infertilidade têm uma experiência semelhante ao sentimento de aniquilamento, de finitude. Nesse sentido:

O filho adotivo pode ser visto como um duplo do filho não-tido. Funciona como uma proteção diante dessa impossibilidade. Funcionou como garantia perfeita, mas pode ser aterrorizante quando esse mesmo filho começa a questionar suas origens. Isso o transforma de garantia idealizada em uma ameaça próxima. (Abrão, 2011, p. 83)

A autora ressalta que há dois conjuntos de duplo, tanto em relação ao filho adotivo quando a seus pais biológicos, os quais inicialmente representam a única referência em relação ao filho, mas passam a representar, depois, hostilidade e ameaça aos pais adotivos, que temem que reapareçam e reivindiquem o filho. Já em relação a este último, vale ressaltar que para ele, a força do estranho é bastante estendida, pois decorre de uma vivência de abandono a ser defendida. O aniquilamento faz com que o estranho apareça, cuja origem é principalmente da falta de possibilidade de identificação com uma parte de si, sua história anterior à adoção. É algo que tanto lhe é estranho quanto conhecido.

Nesse sentido, é possível destacar que tal cenário é sustentado por valores sociais compartilhados que ainda são atravessados pela ideia de que o filho biológico é “natural” e o adotivo é “artificial”. Ducatti (2003) afirma que tais lugares que cada filho ocupa garantem uma lógica de continuidade biológica em direção à afetiva, valorizando-se, assim, a filiação biológica. É por isso que, diante disso na perspectiva dos pais adotivos, a família biológica surge, em fantasia, como uma ameaça que possa destruir os vínculos constituídos. Dessa forma, “A filiação na adoção implica a fratura do mito das origens e necessita ser reafirmada, fantasiada e tecida.” (Ducatti, 2003, p.52).

Isto posto, vale ressaltar que toda essa necessidade de elaboração na adoção é parte do processo de criação do vínculo familiar. Nesse sentido, o efeito da elaboração seria simbolizante, segundo Ducatti (2003), por meio das construções simbólicas e da fantasia, resultando na filiação. Maldonado (1989) chama de *gestação emocional* do casal o momento desde que é planejada a adoção até cada membro do mesmo se apropriar de sua maternidade e/ou paternidade. Nesse sentido, é defendido que nessa noção há uma amplificação do sentido de dar a vida, a partir dos afetos:

(...) os pais adotivos não transmitiram a vida biológica, mas são os que acompanham o desdobramento existencial da criança dentro de suas possibilidades humanas, reais. O profundo processo de sutis identificações e ligações acaba muitas vezes redundando em semelhanças físicas ou de temperamento da criança adotada com seus familiares. (Maldonado, 1989, p.63)

Além disso, Ducatti (2003) reconhece ainda a importância do desejo nesse processo. Segundo a autora, tanto o filho biológico quanto adotivos que são concebidos a partir do desejo são passíveis de serem introduzidos e reconhecidos pela maternidade e paternidade, uma vez que esta condição independe dos laços sanguíneos, mas sim, pela função simbólica:

(...) o que precisa existir de fato é um espaço emocional que dê conta, independente de qualquer condição, de ser transformado em uma realização desejante: um lugar de existência psíquica para os pais. (Ducatti, 2003, p.54)

Garrafa (2018) reflete que o campo dos processos de construção da “parentalidade” nos papéis de pai ou de mãe independem da ordem genética. O desenvolvimento daquilo que a autora chama *de lugar parental* abrange um grande trabalho psíquico, principalmente nos casos de adoção, em que há uma dissociação entre perinatalidade e parentalidade. Isso quer dizer que para os pais adotivos, o trajeto para o lugar parental não é atravessado pelas experiências físicas e psíquicas da gestação, parto e puerpério, mas diretamente direcionado para a construção desse lugar. Nesse caminho, segundo a autora, os pais se deparam com o desamparo infantil frente à incapacidade de sua presença atual apagar a história do filho anterior à adoção, causando angústia diante de seu próprio desamparo.

A empreitada narcísica proposta por Freud em 1914, qual seja, restaurar, por meio do filho, as feridas dos pais, privá-lo dos infortúnios da vida, renovar as esperanças em seus sonhos perdidos e abandonados, é bem-sucedida e falha desde o princípio. O retorno de satisfação narcísica que se obtém por meio dos filhos não passa sem a reedição do desamparo infantil. (Garrafa, 2018, p.1)

Segundo a autora, esse processo é necessário de ser vivenciado no caminho de entrada para a construção do lugar parental, sendo através da adoção ou da filiação biológica. Nos casos de adoção, no entanto, mostra-se necessário a existência de espaços de escuta a esses pais, na medida em que frequentemente lhes falta apoio e compreensão de suas dores e angústias, diferentemente dos casos das grávidas, que obtém tal escuta muitas vezes por meio de seus obstetras/pediatras, e até nos casos de pais que adotam bebês. Além desse desafio, os pais da adoção tardia encaram desde o princípio a frustração de falir em saber sobre o seu filho e o que ele necessita, visto que a criança ou adolescente já fala, diferentemente do bebê: “Adotar uma criança que fala é colocar-se, sem disfarces, diante da alteridade do filho e dos descompassos inerentes a essa relação.” (Garrafa, 2018, p.1).

Em relação a tais desarmonias na comunicação, é importante ressaltar aquilo que Freud (1909) destacou em seu texto “Romances Familiares”, no qual é colocado que o sujeito neurótico saudável, em determinado momento de seu desenvolvimento, mesmo que doloroso, deve libertar-se da autoridade dos pais por

meio da oposição aos mesmos. Inicialmente, segundo o autor, a criança pequena tem um intenso desejo de igualar-se aos pais e ser como os mesmos, visto que são vistos como única fonte de autoridade e conhecimento. A partir de frustrações e do sentimento de negligência frente suas vivências, a criança coloca em questão tal supervalorização, passando a criticar os pais e a perceber que existem os outros melhores que os seus. No entanto, Freud (1909) revela que a infidelidade da criança é apenas aparente:

(...) veremos que a criança atribui a esses novos e aristocráticos pais qualidades que se originam das recordações reais dos pais mais humildes e verdadeiros. Dessa forma a criança não está se descartando do pai, mas enaltecendo-o. (Freud, 1909, p.221)

Desse modo, a criança dá as costas aos pais presentes para voltar-se àqueles que confiava e supervalorizava na fantasia durante primeira infância. Freud (1909), inclusive reitera que nesse momento surge o mito de ser filho adotivo, como forma de atenuar as fantasias frente à situação Edípica, como vingança e represália.

Nesse sentido, Lisondo (1999) desenvolve que no contexto da adoção ocorre uma inversão dessa lógica. Segundo a autora, a criança adotiva fantasia ser filha biológica dos pais adotivos, para negar a dolorosa situação da adoção: o desamparo frente ao abandono dos pais biológicos. Portanto, percebe-se que a filiação se faz para além dos laços biológicos, mas principalmente pela elaboração do luto tanto dos pais adotivos quanto dos filhos biológicos para que vínculo específico entre eles seja construído em bases simbólicas (Peiter; Paiva; Silva, 2017).

3.2.1 *Atravessamentos da adoção no Brasil*

Para a conscientização e vivência desse momento tão importante para o desenvolvimento do laço familiar, os pais pretendentes à adoção no Brasil passam por um período de “gestação psicológica”, essencial para que sejam analisados os seus próprios preconceitos e também desmistificação das fantasias e angústias. Segundo Souza (2008), essa preparação para a paternidade e/ou maternidade é condição para que haja uma gestação afetiva. Nesse momento são realizados

cursos preparatórios de apoio reunindo os pretendentes, nos quais há uma reflexão conjunta acerca do tema e do projeto comum a todos. Segundo a autora, essas discussões elevam a autoestima do casal, pois deixam de sentirem-se os únicos com as suas inseguranças, bem como, nos casos de impossibilidade de gerar um filho, tornam essa questão mais aceita.

Além disso, Souza (2008) reitera inclusive que essa preparação realizada tanto pelas Varas da Infância e Juventude quanto por grupos de apoio à adoção pode auxiliar a flexibilização do casal quanto à possibilidade de ampliação do perfil desejado a priori. Tal informação torna-se bastante relevante quando ainda no Brasil encontramos uma discrepância grande quanto ao perfil desejado pelo casal quando inscrevem-se como pretendentes à adoção e aquele que está disponível e necessitando da família nos abrigos (Ipea, 2004).

Na realidade brasileira, a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990 fez com que aumentasse a construção de propostas de acolhimento e proteção dos menores institucionalizados a partir de uma escolha responsável, por meio da regulamentação do processo. Entretanto, na realidade do nosso país, segundo Eiterer, Silva e Marques (2011), a ideia de alguém abandonado passou a representar a imagem de incapaz, perigoso, que necessita de repressão ou piedade. Tal ideia é fruto de nossa história marcada pela escravidão, do sujeito excluído, carregada de preconceito e noções pejorativas de criminalização dessa infância empobrecida e miserável. Nesse sentido, os processos de adoção ainda atualmente, não escapam deste cenário ideológico.

A partir de um estudo apresentado por Eiterer, Silva e Marques (2011) analisando os dados das Varas de Justiça de Adoção em todo o país, nota-se que grande parte das famílias procura crianças do sexo feminino, com até dois anos e, preferencialmente, de cor branca. Segundo a interpretação dos autores, esses critérios denunciam que por trás da escolha se impõe um conjunto de crenças e atribuições socialmente compartilhadas, criando nos pais pretendentes expectativas de condutas da criança tidas como naturais. Nesse sentido, segundo os autores, são ocultadas as relações de poder, marcadas pela dominação histórica de nosso país.

Nessa perspectiva, o primeiro recorte discriminatório a ser analisado diz respeito à maior preferência por meninas, podendo ser explicada através da relação com os estereótipos de gênero, ao serem as mulheres associadas à docilidade e facilidade de criação, bem como domesticidade. Nessa lógica, adotar um menino significaria, no imaginário social, ter mais dificuldade de apego aos pais, devido a certa rebeldia ou violência, sendo assim, considerada uma escolha mais arriscada. (Eiterer; Silva; Marques, 2011)

Já no que diz respeito à idade preferida do perfil, os mesmos autores demonstram pelos dados da pesquisa que quanto menor a criança, maior será a chance de ser adotada. Uma possível causa desse dado tão presente nas Varas de Justiça de Adoção se deve pela expectativa inconsciente dos pais de que o desejo pelo bebê representa uma forma de controlar a bagagem genética e vivencial do mesmo, pois assim haveria certo controle e participação por parte deles de todas as próximas fases de desenvolvimento, sanando as possíveis influências da família biológica. Eiterer, Silva e Marques (2011) revelam que todo esse cenário é fruto de inseguranças que pautam a ideia de que escolhendo bebês com características físicas mais próximas a dos pais, os mesmos poderão controlar o surgimento de conflitos e divergências.

Além desses dois aspectos explicitados acima, é também importante explorar a questão de que crianças e adolescentes negros são os menos buscados pelos pretendentes à adoção. Segundo os dados de 2004 do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), em que foi realizado um levantamento nacional, mais de 63% das crianças e adolescentes abrigados são negros, havendo uma tendência a aumentar a permanência dessa população conforme o avanço da idade. Desse modo, até um ano de idade, a quantidade de crianças negras abrigadas é menor do que a de crianças brancas, e, a partir dos dois anos, para todas as demais faixas etárias a razão entre negros e brancos é sempre maior que um, revelando que não só o fator idade é enormemente importante, mas também que se trata da questão de discriminação racial tão presente em nosso país.

O primeiro ponto a ser destacado a partir destas informações diz respeito ao quanto elas denunciam o preconceito racial, historicamente enraizado em nossa sociedade, ao revelarem que a imensa maioria de crianças abandonadas e

deixadas para adoção é negra e que, por esse motivo, não são escolhidas para serem adotadas. Além disso, segundo os dados do Ipea de 2004, é importante destacar também a questão socioeconômica que influencia esse cenário, uma vez que essas crianças e adolescentes abrigados são em sua grande maioria provenientes de famílias de baixa renda, revelando que muitas vezes são carências materiais, e não somente as questões subjetivas do casal, que os fazem recorrer ao abrigo na nossa realidade.

3.3 A experiência da narratividade na cena da família adotiva

A construção e análise de narrativas na história da Psicanálise serviram como meio para que a teoria fosse construída ao longo dos anos, sendo a reflexão a partir da escrita dos casos clínicos um de seus principais exemplos. Segundo Paulon (2018), a teoria psicanalítica pode ser compreendida de forma dinâmica, na medida em que nela são articuladas história e discurso. Nesse sentido, a autora em questão afirma que há sempre um encontro entre a experiência do tratamento e da narrativa: “(...) a clínica psicanalítica inscreve-se temporalmente a partir da noção de “movimento”, o que implica aspectos dinâmicos e de ação tal como os movimentos narrativos.” (Paulon, 2018, p.14).

Para ser pensada a questão da narratividade nos processos de elaboração na prática psicanalítica, torna-se necessária uma reflexão acerca da posição da linguagem na Psicanálise, que pode ser colocada da seguinte maneira, segundo a autora:

A linguagem – não mais uma tradução semiológica, como na clínica médica, nem tampouco uma performance apresentada na forma de ritos, tal como nas primeiras práticas psicoterápicas – adquire o estatuto de transformação e entra como elemento fundante das relações entre analista e paciente, criando o próprio processo de cura (Paulon, 2018, p.16).

Nesse sentido, Paulon (2018) nos diz que, na prática psicoterapêutica, a linguagem não produz homogeneidade, mas sim, trabalha a partir de diversas possibilidades de significação para um determinado sintoma, que, nesse sentido, são necessariamente heterogêneas. Essa narratividade, afirma a autora, possibilita que o sofrimento do sujeito seja de fato abarcado e discursado, com novas atribuições de sentido, havendo, então, a possibilidade de cura. Portanto, a linguagem é de cunho curativo para a Psicanálise.

Sendo estabelecido que a experiência narrativa, por meio da linguagem, possibilita a ressignificação e reinserção das várias vivências do sujeito em sua história de vida, Paulon (2018) adiciona que tal afirmação só é possível na medida em que considerarmos a associação entre pulsão e linguagem. De modo bastante simplificado, as pulsões permitem a configuração do direcionamento das relações entre sujeito e objeto. Dessa forma, “(...) a linguagem, articulada pulsionalmente, é o

que permite as rearticulações das condições de sofrimento e, também, a cura através de seu estatuto ético-transformativo.” (Paulon, 2018, p.17). Nesta articulação, vale ressaltar que o sujeito atribui sentidos que representam e atravessam sua condição existencial. Portanto, a autora defende que a utilização da linguagem pela narratividade como instrumento de elaboração torna-se “(...) saída possível para a articulação entre história, discurso e desejo nos enunciados apresentados pelo sujeito e formalizados através do caso clínico.” (Paulon, 2018, p.19).

A lógica do uso da narratividade, assim, é que nela está inserida, segundo Paulon (2018), uma cadeia associativa de significados, na qual são estabelecidas relações temporais, lógicas e de sujeito e objeto, permitindo que surja um espaço de vínculo entre o discurso e a história em que ressignificações podem ocorrer. Nesse sentido, a narratividade seria uma estrutura intermediária entre discurso e elaboração dos significados.

Considerando que a narratividade pode se dar de diversas formas, tanto através do próprio discurso quanto por meio de histórias, Corso e Corso (2006), em seu livro *Fadas no Divã*, mostram que os diferentes contos compartilhados socialmente são potenciais estruturas de significados, possibilitando múltiplos sentidos a quem acessa tais histórias. Nessa lógica, segundo os autores, tanto aquele que narra quanto a criança, que entram em contato com os contos, obtêm um efeito terapêutico, na medida em que encontram, nas narrativas, soluções simbólicas para seus conflitos, alcançando, dessa forma, um contorno para seus sofrimentos.

Não se deve esquecer de que as histórias somente mobilizam algo que as crianças já têm em seu interior, e a constituição de sua personalidade se dá a partir do que a família lhes transmite, consciente e inconscientemente (Corso e Corso, 2006, p. 306).

Nesse sentido, os autores convidam os pais a privilegiarem os espaços nos quais pode haver um exercício ativo de contação de histórias, possibilitando à criança sonhar e fantasiar por meio de sua curiosidade. No entanto, os autores reservam uma parte do livro para além das histórias tradicionais e atuais, privilegiando os contos de autoria dos pais. Ao analisar essa experiência, afirmam

que, ao invés de compartilhar as fantasias, essas passam a ser criadas em um contexto específico e particular.

Nesse sentido, a partir de sua própria experiência pessoal, os autores descrevem que os relatos por eles criados abarcavam os impasses de sua família. Vale ressaltar que a princípio não havia qualquer intencionalidade psicológica na narrativa criada, era como um recurso lúdico. No entanto, depois de um tempo criando e narrando, os autores se deram conta do significado familiar que ela continha. Os autores reconheceram que durante a elaboração da história havia a presença dos conflitos que passaram juntos na educação das filhas. Dessa forma, a elaboração lúdica fugiu de um controle consciente por parte de seus criadores, oferecendo, assim, um espaço de resolução de suas conflitivas.

Dessa forma, o incentivo ao potencial narrativo por parte dos pais ocorre ao longo de todo o livro, junto com um estímulo para que estes sejam também produtores de suas próprias narrativas, pois, como colocado por Corso e Corso (2006), elas transmitem algo próprio que diz respeito àquela família em si e que é importante. Desse modo, as crianças passam a se interessar simplesmente porque essas iniciativas lúdicas partem dos pais, interessando-se por perceber sua própria curiosidade àquilo a mais que está sendo transmitido. Para os autores, as histórias inventadas cumprem determinada função:

(...) elas vão transmitir outras mensagens, algo que você nem sabe que está dizendo, um estilo de narrar, uma filosofia que você nem sabe que tem e, principalmente, os mitos próprios da família em questão (Corso e Corso, 2006, p. 298).

Os autores destacam que não é necessária a interpretação do conto familiar para que ele tenha efeito sobre a dinâmica familiar, atentando inclusive que a interpretação pode inibir o fantasiar da criança. A ideia é justamente o contrário, ou seja, que se sejam montadas várias cadeias de significação em cada membro do grupo familiar sempre que a história é retomada, convidando todos a um novo olhar para o que está sendo expresso.

Corso e Corso (2006), adaptam o termo *Mãe Suficientemente Boa* para o de *Pais Suficientemente Narrativos*:

Como o bebê encontra o peito ali onde ele está a ponto de criá-lo, a criança encontra seus pais ali onde ela imagina que eles estejam. A história narrada é uma oferta que os pais fazem para ajudar nessa criação. Os pais não sabem o que dizem, nem o filho sabe o que escuta, mas ali, naquele ato de sonhar juntos, se está fabricando o livro de uma vida (Corso e Corso, 2006, p. 299).

Segundo os autores, o filho precisa ser narrado para existir, seu corpo precisa de uma *descrição*. Colocam tal processo como uma *narração primária*, própria da *Mãe Suficientemente Boa*, cuja função é traduzir, nomear e interpretar para o bebê suas necessidades. Assim, um desdobramento da *Mãe Suficientemente Boa* é a *Mãe Suficientemente Narrativa*, que ensina a pensar, a criar a potência de solucionar os impasses internos por meio da criatividade. Isso ocorre na medida em que o discurso parental se inscreve no inconsciente dos filhos (Corso e Corso, 2006).

Os autores trazem ainda a problemática de algumas famílias adotivas, muitas vezes produtoras de segredos em relação à história anterior à chegada da criança na família. A opção pelo silenciamento nesse sentido pode ter determinados efeitos sobre a criança:

Ela então não vai querer saber o que sua família deseja que ela não saiba. O problema é que isso possivelmente produzirá um efeito generalizante. As perguntas caladas contaminam a própria capacidade intelectual da criança, sua curiosidade fica comprometida, afinal ela é obediente, o pacto era não saber (Corso e Corso, 2006, p. 301).

3.3.1 Histórias Cruzadas: Uma experiência de elaboração da adoção a partir da narrativa

Todos nós, ao nascermos, estamos inseridos em determinado contexto social e território geográfico. Tal consideração é importante para que seja possível visualizar a forma do sujeito de estar no mundo e as implicações desta em sua construção indenícia. Nesse sentido, a narrativa da história de vida do sujeito passa a ser uma ferramenta mediadora importante entre o mundo exterior e o mundo interior, possibilitando uma melhor organização e diferenciação entre mundo e eu (Faleiros e Moraes, 2015).

Considerar todos os vínculos instituídos durante a infância e adolescência, sejam eles, familiar ou institucional, é uma tentativa de resgatar a história individual da criança, processo esse que tende a facilitar a construção dessa nova filiação (Faleiros e Moraes, 2015, p.32).

Dessa forma, ao ser adotada, a criança necessitará de um constante diálogo ao longo do tempo para assimilar as diferentes expressões de afeto recebidas nas variadas dinâmicas relacionais vivenciadas até então. Nesse sentido, a comunicação e aprendizagem frequentes de sua própria história permitem que a vinculação e desvinculação inerentes a todos os processos de adoção sejam elaboradas. Segundo Faleiros e Moraes (2015), a partir daí a dicotomia entre segredo e revelação da situação de adotado podem reforçar ou fragilizar a nova história de vinculação.

Em consonância com essa ideia, Peiter, Paiva e Silva (2017) reiteram que a história da criança anterior à adoção não tem participação nem conhecimento dos pais adotivos, no entanto, ela se fará presente na nova configuração familiar, seja explícita, narrada ou negada. Mesmo assim, é também papel dos mesmos ajudar a criança ou adolescente a processar e integrar o que já foi vivido e o que carece de significação. Segundo as autoras, são histórias descontinuadas que acarretam experiências de desamparo se não suficientemente significadas.

A história da adoção é totalmente permeada pelas histórias que a antecedem – a trajetória de vida dos pais adotivos e da criança. Quando as marcas anteriores não são olhadas, reconhecidas e valorizadas, as crianças podem denunciar a negação através de diversos sintomas psicológicos (Vigevani, 2016, p.11).

Vigevani (2016), para além disso, reitera a relevância de oferecer também aos pais adotivos esse espaço de escuta, para que possam refletir e elaborar as diversas questões que a eles surgem durante a estruturação dessa filiação. A autora defende que assim possam ser expressas as diversas angústias, aflições, medos e dúvidas em torno da nova estrutura familiar e que, quando compartilhadas, tornam a mesma mais consciente e consistente. Assim, defende-se que:

O suporte oferecido aos adotantes redundará em importantes subsídios para a construção de um espaço psíquico na dinâmica do casal e/ou família e possibilitará que a criança ou adolescente

recém-chegado possa ocupar a condição de filho e, na relação com os novos pais, constituir-se como sujeito. (Vigevani, 2016, p.11).

Para atingir tal objetivo, o Instituto Fazendo História desenvolveu um projeto nos anos de 2014 e 2015 nomeado Histórias Cruzadas. O Instituto, fundado em 2005, é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público que acolhe fundamentalmente crianças e adolescentes que estão provisoriamente separadas das famílias biológicas ou a espera de uma família adotiva, de modo que o intuito do trabalho com os mesmos é o de acolher suas experiências para fortalecê-los enquanto sujeitos potentes em nossa sociedade. O suporte de apoio dado para esse momento de transição da vida desses sujeitos foi pautado principalmente pelo espaço oferecido pelo projeto Histórias Cruzadas.

O projeto parte do princípio de que o trabalho da narratividade das histórias de vida auxilia bastante no contexto do pós-acolhimento, de modo que a criança adotada possa elaborar sua história, bem como os pais, concomitantemente, possam compreendê-la e elaborá-la também. Segundo Vigevani (2016), coordenadora do projeto em questão, a demanda por espaços como esse sugerido surge do próprio contexto da adoção, o qual mobiliza profundos e fortes afetos em todos aqueles nele inseridos, afetos esses que levam os sujeitos a construir mitos, fantasias e preconceitos em torno do tema da adoção.

O objetivo do projeto, como colocado pela coordenadora do mesmo, é o apoio à comunicação afetiva, aberta e verdadeira entre pais e filhos adotivos. Desse modo, é proposto a esses que construam coletivamente uma narrativa familiar que abarque a perspectiva de cada um dos membros. Para tal, cada família no fim do processo terá realizado um álbum familiar contendo a história da família, por meio de fotos, desenhos, depoimentos e relatos. O resultado desse processo é a valorização da vivência de cada um dos membros da família que participaram, fazendo com que todos elaborem aquilo que foi vivido, a partir das diversas expressões que tal projeto abre espaço. Além disso, tal ferramenta de comunicação funciona como uma aproximação dos familiares.

O álbum de família deve ser construído conjuntamente, entre pais e filhos, que abarque temas como momento presente da família, o passado da família e

origem e passado da criança. São os pais que conduzem e incentivam inicialmente os momentos de construção do álbum, mas as crianças adotivas podem e devem participar, tornando-o um objeto de sua rotina. Para além da elaboração de tal projeto, o Instituto Fazendo História oferece grupos de apoio psicológico para pais e filhos adotivos, que abarcam diversas temáticas inerentes ao processo de adoção.

Nesse sentido, Vigevani (2016) reitera que a partir das experiências com o projeto, foi possível perceber que mais do que a vivência real de um fato, as determinações das marcas psíquicas na criança adotada são fundamentadas principalmente pelas palavras que os adultos utilizam para significar tal experiência. Dessa forma, é de extrema importância que o acolhimento dessas crianças seja de cunho reparador, ou seja, nesse processo como um todo é relevante a utilização de palavras que auxiliem a criança a dar sentido ao já vivido, ajudando-a, assim, a reconhecer os diferentes afetos a ela direcionados e por consequência, passar a compreender sua própria história.

O que se fala, o que não se fala, como e quando se fala para a criança sobre sua vida e suas experiências concretas são determinantes para a elaboração psíquica da adoção ou para que ela seja geradora de conflitos paralisantes, incertezas e inseguranças (Vigevani, 2016, p.19).

Nesse sentido, para que o adulto que convive com a criança possa oferecer esse suporte tão significativo para ela se relacionar de forma saudável com sua própria história, é de extrema importância que ele também tenha esse espaço de compreensão e reflexão, que possibilite a expressão dos sentimentos ambivalentes, angústias e dúvidas inerentes ao processo. Dessa forma, esse espaço para os pais os ajuda a estarem mais confiantes em seu lugar parental, e, concomitantemente, as crianças também se sentirá no seu lugar de filho.

A adoção é permeada pelo desejo dos pais de exercer junto à criança a função de pai ou de mãe. E esse desejo é fruto de uma história que também deve ser compartilhada com a criança. Saber que foi desejada, esperada, que os pais se prepararam para recebê-la favorece o sentimento de pertencimento da criança em relação àquela família (Vigevani, 2016, p.15).

No que diz respeito à revelação da história do filho adotivo, é importante ressaltar aquilo que Vigevani (2016) afirma a respeito do tema. Segundo a autora,

não basta simplesmente revelar, mas inaugurar um canal de comunicação aberto, que permita a emergência de uma relação de confiança e respeito entre pais e filhos. Essa cena necessita, portanto, de uma disponibilidade dos pais acima de tudo, para que um espaço seja aberto para o filho perguntar e questionar de modo espontâneo a sua própria história de vida, entendendo que tal espaço também possibilita a emergência e contato dos pais com suas próprias questões em relação ao processo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando as informações levantadas por esta pesquisa, verificou-se que elas apontam para uma discrepância entre as expectativas dos pais frente ao perfil do filho adotivo- bem como ao processo da adoção- e a atual realidade populacional de crianças na maioria dos abrigos brasileiros. Dessa forma, fez-se necessária uma reflexão a respeito da importância de uma preparação prévia dos pais para que existam espaços potentes de elaboração de suas motivações inconscientes frente ao ato de adotar, bem como em relação a suas feridas narcísicas. Percebeu-se que o imaginário social a respeito do significado de gerar ou de adotar um filho, atrelado a tais aspectos, oferece uma via para possíveis complicações e dificuldades no estabelecimento do desenvolvimento pleno da família, se estes não forem acessados e elaborados adequadamente.

Nesse sentido, é possível afirmar que o sucesso da adoção depende de complexos fatores atrelados entre si. Em adição, um dos principais aspectos observados no presente trabalho aponta para a necessidade de construir um relacionamento de confiança e abertura entre pais e filhos. O estabelecimento de tal confiança depende necessariamente da elaboração de ambos a respeito de sua história de vida anterior à adoção. Nesse sentido, percebeu-se essencial, mesmo sendo dolorido e difícil, o contato com as perdas e feridas por todos que compõem da dinâmica familiar. Verificou-se que tal exercício convida todos a vivenciar um relacionamento familiar que passe do plano imaginário e fantasioso, propiciado pelas lacunas de sua história, em direção ao plano do real.

Nesse sentido, observou-se ser imprescindível que os pais sustentem e sobrevivam aos ataques de ódio e raiva do filho adotivo quando o mesmo se depara e percebe sua primeira e dolorosa perda ambiental em seu novo contexto. Desse modo, ao ser acolhido e compreendido, a bagagem da história de afetos da criança passa a ser incluída na história daquela família, fazendo com que a mesma sinta-se pertencente e importante àquele novo ambiente, facilitando sua confiança no mesmo.

Observou-se que um interessante artifício para os pais adotivos auxiliarem seus filhos na recuperação da parte traumática de sua história, impedindo que o não

dito crie um abismo dentro desta é a utilização da narração de sua história de vida como forma de elaboração. Tendo como inspiração o trabalho do Instituto Fazendo História com famílias adotivas, esta pesquisa verificou que ao criar, considerando a participação da criança, um álbum da família contendo a história anterior de ambos, pais e filhos, encontrou-se um mecanismo de elaboração e solução de conflitos e fantasias que permite a abertura em direção ao vínculo familiar. Por meio deste movimento narrativo, portanto, pais e filhos passam a adotar uns aos outros com confiança e acolhimento.

Tendo como base de reflexão a adoção no atual contexto brasileiro, é possível perceber a importância de a Psicologia dar continuidade a pesquisas a respeito da temática. Como verificado nos capítulos anteriores, a adoção hoje é atravessada por diversos aspectos, tanto sociais, culturais, como também aqueles que dizem respeito às fantasias e motivações inconscientes em torno dela, sendo imprescindível que tenhamos, como profissionais da área, cada vez mais a produção e disponibilização de materiais a respeito do tema que abarquem e reflitam a respeito das diversas possibilidades de influências que se presentificam na cena familiar a se desenvolver.

5. REFERÊNCIAS

ABRÃO, Maria Salete. *Construindo vínculo entre pais e filhos adotivos*. (2011). São Paulo: Primavera Editorial, 2011.

Brasil. Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acesso em 19 de setembro de 2018.

Corregedoria Nacional de Justiça, 2018. Corregedoria lança sistema integrado de adoção e acolhimento. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/87169-novo-cadastro-de-adocao-sera-lancado-nacionalmente-em-agosto>>. Acesso em 20 de setembro, 2018.

Corregedoria Nacional de Justiça, 2019. *Adoção*: Vara da Infância bate recorde pelo 3º ano seguido, no DF. Disponível em:

<<http://www.cnj.jus.br/noticias/judiciario/88320-adocao-vara-da-infancia-bate-recorde-pelo-3-ano-seguido-no-df>>. Acesso em 20 de abril de 2019.

CORSO, Diana Lichtenstein; CORSO, Mário. (2006). *Fadas no Divã: Psicanálise nas Histórias Infantis*. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DUCATTI, Maria Rita Aparecida Gobby. (2003). *A Tessitura Inconsciente da Adoção*. (2003). São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

EITERER, Carmem Lucia; SILVA, Caris Salete Ribas da; MARQUES, Valter Ude. (2011). *Preconceito Contra a Filiação Adotiva*. São Paulo: Cortez, 2011.

FALEIROS, Vicente de Paula; MORAES, Patrícia Jakeliny Ferreira de Souza. *Desafios e possibilidades na adoção*. Serviço Social e Saúde, Campinas, SP, v. 13, n. 1, p. 29-46, maio 2015. ISSN 1676-6806. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/sss/article/view/8634913>>. Acesso em 31 de março de 2019.

FREUD, Sigmund (1909). Romances Familiares. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, vol. IX. 3. Ed. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FREUD, Sigmund (1914). Sobre o Narcisismo: Uma Introdução. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, vol. XIV. 3. Ed. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FREUD, Sigmund (1914). Recordar, repetir e elaborar. In: *Obras Completas: Introdução ao narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos*, vol. XII. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

FREUD, Sigmund (1919). O 'Estranho'. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, vol. XVII. 3. Ed. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

GARRAFA, Thais. Adoção Tardia e os Desafios da Constituição da Posição Parental. São Paulo, 2018. Disponível em: <<http://institutoogerar.com.br/adocao-tardia-e-os-desafios/#sthash.XTwpmQo1.dpuf>>. Acesso em 23 de março de 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil. Brasília, 2004. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/capit2.pdf>>. Acesso em: 4 de março de 2019.

LEVINZON, Gina Khafif. (2014). *Tornando-se pais: a adoção em todos os seus passos*. São Paulo: Casapsi Livraria e Editora Ltda, 2014.

LISONDO, Alicia Beatriz Dorado de. *Travessia da adoção: a ferida na alma do bebê*. *Revista Brasileira de Psicanálise*, v. 33, n. 3, p. 495-514, 1999.

MAHL, Fernanda Donato et al. *O Luto da Gravidez Perdida: Infertilidade x Adoção*. *Id Online Revista de Psicologia*, v. 5, n. 14, p. 62-71, 2011.

MALDONADO, Maria Tereza. (1989). *Maternidade e Paternidade: situações especiais e de crise na família*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1989.

MENDES, Cynthia Lopes Peiter Carballido. *Vínculos e rupturas na adoção: do abrigo para a família adotiva*. (2007). Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Acesso em: 19 de abril de 2019.

MEZAN, Renato. Pesquisa em psicanálise: algumas reflexões. *J. psicanal.*, São Paulo, v.39, n.70, p.227-241, 2006. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010358352006000100015&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 20 de abril de 2018.

OLIVEIRA, Shimênia Vieira de; PROCHNO, Caio César Souza Camargo. A vinculação afetiva para crianças institucionalizadas à espera de adoção. *Psicologia, ciência e profissão*, Brasília, v. 30, n. 1, p. 62-84, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141498932010000100006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 16 de abril de 2018.

OST, Stelamaris. Adoção no contexto social brasileiro. In: *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XII, n. 61, 2009. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=5881>. Acesso em 15 de abril de 2018.

PAULON, Clarice Pimentel. *Introduzindo o conceito de narrativa em psicanálise: sobre um operador comparativo para o estudo de casos clínicos*. 2018. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47133/tde-18042018-095218/es.php>>. Acesso em 17 de maio de 2019.

PEITER, Cynthia; PAIVA, Leila Dutra; SILVA, Marcia Regina da (2017). *Atendimento Psicanalítico na Adoção*. São Paulo: Zagodoni, 2017.

ROSA, Claudia Dias. *Família e adoção: algumas reflexões com base em um caso de Winnicott/Family and adoption: some reflections based on a Winnicott case*. *Revista Internacional de Psicanálise Winnicottiana*, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 113-125, 2014.

SOUZA, Hália Pauliv. (2008). *Adoção: exercício da fertilidade afetiva*. São Paulo: Paulinas, 2008.

TEIXEIRA, Ana Carlota P. (2000). *Adoção: um estudo das motivações inconscientes*. São Paulo: Editora Stiliano, 2000.

VARGAS, Marlizete Maldonado. (1998). *Adoção tardia: da família sonhada à família possível*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.

VERCEZE, Flávia Angelo et al. Adoção e psicoterapia familiar: uma compreensão winnicottiana. *Revista da Spagesp*. São Paulo, v. 16, n. 1, p. 92-106, 2015. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5429451>>. Acesso em 19 de setembro de 2018.

VIGEVANI, Débora. *Histórias Cruzadas*. São Paulo, 2016. Disponível em: <https://static1.squarespace.com/static/56b10ce8746fb97c2d267b79/t/56f2fea101dbaef178cfffba/1458765511633/histo%CC%81rias+cruzadas_v2.pdf>. Acesso em 20 de abril de 2019.

WINNICOTT, D.W.. (1965). *A Família e o Desenvolvimento Individual*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

WINNICOTT, D.W.. (1971). *O Brincar e a Realidade*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1975.

WINNICOTT, D.W.. (1979). *O ambiente e os Processos de Maturação: Estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional*. Porto Alegre: Artmed, 1983.

WINNICOTT, D.W.. (1987). *Os bebês e suas mães*. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

WINNICOTT, D.W.. (1996). *Pensando sobre crianças*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.